

A Crise da Segurança Europeia

Carlos Gaspar

Assessor do Instituto da Defesa Nacional. Investigador do Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa. Docente convidado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Assessor do Conselho de Administração da Fundação Oriente. Conferencista do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa. Membro do European Council on Foreign Relations (ECFR) e do Real Instituto Elcano. Autor de “O Pós-Guerra Fria” (Tinta-da-china).

Resumo

As variações na dinâmica do sistema internacional, a instabilidade nos alinhamentos regionais e a erosão da ordem ocidental criaram um quadro de instabilidade no regime de segurança europeu, sem precedentes desde o fim da Guerra Fria.

O retraimento estratégico prolongado dos Estados Unidos e a ressurgência da Rússia, da China e do Irão tornam possível uma dinâmica centrífuga no sistema internacional.

A eventual convergência estratégica entre os dois adversários da Guerra Fria pode provocar a unidade entre as três potências europeias para reconstruir uma “Terceira Força” entre a Rússia e os Estados Unidos. Esse cenário, de regresso a velhas estratégias sucessivamente dirigidas pela Alemanha, pela Grã-Bretanha e pela França, confirma a lógica de fragmentação regional do sistema internacional em espaços continentais política e culturalmente congruentes: o “Brexit” compromete essa convergência, que pode ser restaurada por um acordo de defesa trilateral entre Paris, Londres e Berlim para garantir a defesa europeia perante a antecipação dos perigos do abandono norte-americano.

Abstract

The Crisis of European Security

Variations in the dynamics of the international system, instability in regional alignments, and erosion of the Western order have created instability in the European security regime, unprecedented since the end of the Cold War.

The prolonged strategic withdrawal of the United States and the resurgence of Russia, China and Iran make possible a centrifugal dynamic in the international system. The eventual strategic convergence between the two opponents of the Cold War may provoke a unity among the three European powers to rebuild a “Third Force” between Russia and the United States. This scenario, returning to old strategies successively led by Germany, Great Britain and France, confirms the logic of regional fragmentation of the international system into politically and culturally congruent continental spaces: Brexit compromises this convergence, which can be restored by a trilateral defense agreement between Paris, London and Berlin to secure European defense in anticipation of the dangers of American abandonment.

As relações entre a Alemanha, a Grã-Bretanha e a França são cruciais para definir a balança da Europa, cujos equilíbrios são condicionados pela estrutura do sistema internacional centrada nos Estados Unidos, assim como pela estabilidade da comunidade das democracias ocidentais: a configuração diplomática, os alinhamentos regionais e o modelo de ordenamento formam as três dimensões principais da segurança europeia.

Nos últimos dez anos, na sequência da intervenção russa na Geórgia, da crise financeira internacional e da revisão das prioridades estratégicas norte-americanas, as mudanças têm-se acumulado em todas as dimensões críticas e estão a pôr à prova o regime de segurança europeia que se formou na sequência da Segunda Guerra Mundial e sobreviveu à revolução política e diplomática do fim da Guerra Fria, com a unificação da Alemanha e a dissolução da União Soviética.

Desde logo, o retraimento estratégico dos Estados Unidos, que encerrou o ciclo de intervenções militares no “arco de crises islâmico”, desde a Somália à Bósnia-Herzegovina, ao Iraque e ao Afeganistão, não só deixou o espaço aberto para uma escalada dos conflitos periféricos na Europa, na Ásia e, sobretudo, no Médio Oriente, como criou outras tantas oportunidades para a expansão das potências revisionistas – a Rússia na Ucrânia e na Síria, a China nos mares do Sul da China e o Irão na Síria e no Iraque. Esses sinais de crise não impediram nem as elites, nem a opinião pública norte-americana de se distanciar gradualmente do consenso internacionalista liberal, em que assentou a política externa dos Estados Unidos desde a Segunda Guerra Mundial.

Na esteira do recuo norte-americano, a ressurgência da Rússia como uma potência revisionista ficou demonstrado com a anexação da Crimeia e a “guerra híbrida” no sudeste da Ucrânia, assim como pela determinação de Moscovo em consolidar posições no Médio Oriente e no Mediterrâneo. No mesmo sentido, o *rapprochement* entre a Rússia, a China e o Irão, que pode antecipar a formação de uma coligação anti-hegemónica, comprometeu a configuração diplomática dominante desde o fim da Guerra Fria – o “concerto unipolar” regido pelos Estados Unidos.

A pressão estratégica sobre a Europa ocidental aumentou com a multiplicação de conflitos no seu “Estrangeiro Próximo”. A impotência perante o novo arco de crises que se estende desde o Ártico ao Báltico, ao Mar Negro e ao Mediterrâneo e que se prolonga para dentro das fronteiras europeias com as vagas de refugiados e emigrantes, a penetração das comunidades islâmicas pelas redes jihadistas e a sucessão de atentados terroristas do “Estado Islâmico”, demonstrou a vulnerabilidade das democracias e confirmou os limites da capacidade dos Estados europeus para conter as novas ameaças – convencionais, “híbridas” ou “assimétricas” – que puseram fim a um ciclo excecional de estabilidade e de segurança. O retraimento dos Estados Unidos, a ofensiva estratégica da Rússia e o declínio da Europa ocidental marcam uma viragem decisiva na conjuntura internacional.

Por outro lado, a resposta às crises periféricas revelou uma instabilidade crescente dos alinhamentos europeus e ocidentais. O distanciamento dos Estados Unidos tornou-se manifesto quando as autoridades norte-americanas se recusaram a estar na primeira linha da intervenção militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) na Líbia, quando renunciaram ao recurso à força para depor a dinastia alawita na Síria ou quando deixaram a resposta à crise ucraniana nas mãos da Alemanha e da França. As divergências diplomáticas entre a República Federal Alemã e os aliados levaram à sua abstenção no voto do Conselho de Segurança sobre a intervenção da NATO na Líbia e a sua relutância em recorrer à força militar limita a presença alemã nas operações conjuntas contra o “Estado Islâmico”. A França quis intervir na Síria, mas não pôde contar nem com os Estados Unidos, nem com a Grã-Bretanha, para derrubar o regime alawita e passou a oscilar entre o alinhamento com a Rússia para punir o “Estado Islâmico” e a condenação dos bombardeamentos russos contra a oposição sunita síria em Aleppo. A Turquia passou de um comportamento beligerante contra a intervenção russa na Síria para uma convergência com Moscovo e deixou de subordinar as suas estratégias às prioridades dos seus aliados ocidentais na NATO. As últimas eleições nos Estados Unidos e em França confirmaram a regra da instabilidade. A eleição presidencial norte-americana foi ganha pelo candidato partidário da concertação estratégica com a Rússia e nas eleições francesas os candidatos opuseram-se sobre as relações com a Alemanha e com a Rússia.

Por último, o *referendum* britânico sobre o “Brexit” abriu uma nova divisão entre as democracias ocidentais e fechou um período, que durou mais de quarenta anos, durante o qual as três principais potências europeias pertenceram simultaneamente à União Europeia e à NATO, os dois pilares que definem o modelo multilateral da “comunidade de segurança pluralista do Atlântico-norte”. Essa dupla filiação representava uma garantia fundamental para a congruência do regime de segurança europeu, cuja credibilidade está posta em causa quer pela incapacidade de intervir para conter a escalada dos conflitos no novo arco de crises, quer pela instabilidade dos alinhamentos regionais, quer ainda pela crise de confiança política resultante da polarização ideológica crescente nas principais democracias ocidentais.

O *referendum* britânico e as eleições presidenciais norte-americana e francesa assinalam uma mudança na balança ideológica ocidental, dominada pela clivagem entre os Estados nacionais e a ordem europeia e entre o nacionalismo e o internacionalismo liberal. Os instrumentos da democracia estão a pôr em causa a continuidade da ordem do pós-Guerra Fria, cuja legitimidade é paralelamente contestada pelas potências autoritárias. Na nova conjuntura diplomática, as consequências estratégicas dessa viragem política podem antecipar o regresso da balança do poder nas relações entre as democracias europeias.

A Revisão da Estratégia dos Estados Unidos

A preponderância dos Estados Unidos no sistema internacional tem duas consequências simétricas¹. Por um lado, a principal potência internacional pode rever a sua estratégia e as suas prioridades externas unilateralmente, em função da política interna e sem depender da disciplina imposta pelas alianças ou pela competição com os adversários. Por outro lado, qualquer viragem dos Estados Unidos condiciona as posições das outras potências, cujas políticas dependem da estratégia norte-americana, mas que têm uma capacidade limitada para pesar nas suas decisões, não obstante a permeabilidade das instituições democráticas da “República imperial”.

A revisão das prioridades norte-americanas na sequência dos atentados terroristas da Al Qaeda contra Nova Iorque e Washington em 11 de setembro de 2001 ensaiou uma primeira viragem nas regras do sistema unipolar: os Estados Unidos passaram a concentrar-se na “Guerra Global contra o Terrorismo” (GWOT), na “democratização” do “Grande Médio Oriente” e na redefinição dos equilíbrios regionais e ocuparam militarmente o Afeganistão e o Iraque, com efeitos desastrosos que levaram a mais uma mudança estratégica. Essa segunda viragem foi acelerada pela crise financeira e coincidiu com o início do mandato do Presidente Barack Obama, eleito com um programa que previa a retirada completa das tropas combatentes norte-americanas do Iraque nos quatro anos seguintes.

A nova estratégia norte-americana resumia-se em três palavras: “*reset, rebalancing e retrenchment*”. O *reset* indicava a vontade de restaurar a normalidade nas relações entre Washington e Moscovo, perturbadas pela invasão russa da Geórgia²: Obama não só não impôs condições prévias para a reaproximação entre os dois Estados, como adiou a instalação dos sistemas de defesa antimísseis (BMD) na Polónia e na República Checa e defendeu uma nova condicionalidade para a adesão de novos membros da NATO, incluindo o apoio da opinião pública dos países candidatos – uma condição que excluía a entrada da Ucrânia, onde a maioria era contra a integração na Aliança Atlântica³. A Rússia interpretou essa abertura como um recuo político. O *rebalancing* referia-se à nova prioridade asiática dos Estados Unidos, incluindo o reconhecimento de que a ascensão da China se podia traduzir na sua hegemonia regional e excluir o “pacificador americano” da nova Ásia⁴. Essa ameaça redefiniu as prioridades regionais dos Estados Unidos e a Ásia passou a ser consi-

1 Ver Wohlforth e Brooks (2008), Walt (2011a) e Monteiro (2014).

2 Ver Stent (2014), Dueck (2015) e Chollet (2016).

3 Segundo as sondagens disponíveis, em 2010, 51% dos ucranianos eram contra a NATO e 21% a favor da adesão e, em 2015, 64 % eram a favor da entrada da Ucrânia na Aliança Atlântica. Ver Goldgeier (2010) e Vorobiov (2015).

4 Ver Clinton (2011) e Bader (2012).

derada como o novo centro de gravidade estratégica da política internacional. O *reset* devia ter como corolário separar a Rússia da China, o *challenger* identificado pelo *pivot* asiático, mas a viragem norte-americana consolidou a parceria estratégica entre as duas grandes potências continentais contra a potência hegemónica. O *retrenchment* confirmava a decisão de limitar a exposição internacional dos Estados Unidos e reduzir drasticamente as suas intervenções militares em conflitos periféricos, a começar pelo “Grande Médio Oriente”, com a exceção parcial e temporária do Afeganistão: a retirada militar do Iraque, onde não estavam reunidas as condições mínimas para assegurar nem a unidade do Estado, nem a estabilidade do regime imposto pela ocupação norte-americana, assinalou o fim de um longo ciclo de intervenções dos Estados Unidos no “arco de crises islâmico”⁵.

O recuo estratégico não era imprevisível: no passado – no fim da Grande Guerra, a seguir à guerra do Vietname ou no pós-Guerra Fria – a principal potência democrática quis sempre diminuir as suas responsabilidades externas depois de uma guerra prolongada. Os efeitos do retraimento eram igualmente previsíveis: a retirada norte-americana deixa o campo aberto aos seus adversários e torna mais provável a multiplicação e a intensificação dos conflitos periféricos⁶.

Ironicamente, a “Primavera Árabe” foi o revelador da extensão do recuo americano, quando as revoltas contra os regimes autoritários na Tunísia, na Líbia, no Egipto, no Iémen e na Síria abriram um novo ciclo de instabilidade no Médio Oriente⁷. Os Estados Unidos não só não apoiaram decisivamente os movimentos democráticos árabes, como inventaram uma nova doutrina – “*Leading from behind*” – para justificar a sua ausência da intervenção da NATO contra o coronel Gaddafi na Líbia, comandada pela Grã-Bretanha e pela França. Na guerra civil da Síria, a “doutrina Obama” foi mais longe quando Bachar al-Assad violou a “linha vermelha” traçada pelo Presidente dos Estados Unidos, que tinha ameaçado intervir se se repetisse o massacre químico de populações civis: em vez disso, a diplomacia norte-americana aceitou a iniciativa soviética para eliminar os arsenais químicos do regime alawita (Goldberg, 2016).

A paralisia norte-americana pode justificar o cálculo russo que tornou possível a anexação da Crimeia sem risco de uma escalada internacional. Com efeito, Obama respondeu à demonstração de força do Presidente Vladimir Putin com a suspensão da participação da Rússia no G7-G8, com sanções económicas e com uma declaração em que classificou a Rússia como uma “potência regional” (Borger, 2014). Ato contínuo, partiu para Tóquio onde reiterou as garantias sobre a defesa da integri-

5 Ver Posen (2014). Ver ainda Gholz, Press e Sapolsky (1997), Pape (2008), Mearsheimer (2011), Brooks, Ikenberry e Wohlforth (2012) e Mandelbaum (2016).

6 Ver Layne (2010), McDonald e Parent (2011), Krepinevich *et al.* (2012) e Sestanovich (2014).

7 Ver Clinton (2014) e Goldberg (2016).

dade territorial do Japão, incluindo as ilhas Senkaku, reclamadas pela China, nos termos dos acordos de defesa bilaterais que vinculam os Estados Unidos: como a Ucrânia não era um aliado formal, Washington não tinha obrigação de proteger as suas fronteiras. Pela sua parte, Putin manteve a pressão estratégica sobre a Ucrânia com a “guerra híbrida”, o que não impediu os Estados Unidos de estar lado a lado com a Rússia no quadro da negociação com o Irão, onde os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança e a Alemanha aceitaram um acordo sobre a suspensão do programa nuclear militar iraniano que reconhece tacitamente à principal potência do Golfo Pérsico o estatuto de “*threshold nuclear power*”.

O retraimento norte-americano teve um custo elevado: em primeiro lugar, estimulou as estratégias revisionistas da Rússia, da China e do Irão e melhorou a sua capacidade para tirar partido dos conflitos periféricos e perturbar os equilíbrios regionais; em segundo lugar, prejudicou o consenso liberal internacionalista na política norte-americana em benefício das correntes nacionalistas e protecionistas (Kupchan e Trubowitz, 2008); em terceiro lugar, acelerou a crise da ordem internacional do pós-Guerra Fria, cuja estabilidade depende da vontade norte-americana para impor um conjunto de “regras constitucionais”, assim como da capacidade dos Estados Unidos para integrar as potências emergentes: o “concerto unipolar” não sobreviveu nem ao retraimento norte-americano, nem às ofensivas revisionistas da Rússia, da China e do Irão, nem às consequências estratégicas, políticas e morais da guerra civil na Síria (Wright, 2015).

A eleição de Donald Trump confirmou a continuidade da estratégia de retraimento, do *reset* russo e do *pivot* asiático sob o signo de uma ideologia nacionalista. A nova linha política quer não só continuar a preservar a principal potência internacional dos riscos inerentes às intervenções militares externas, como está preparada para se demarcar do sistema multilateral e das alianças tradicionais que garantem a vantagem estratégica norte-americana na definição dos equilíbrios regionais. O novo Presidente parece decidido a distanciar-se das políticas de “promoção da democracia”, nomeadamente para recuperar a confiança das elites dos regimes autoritários, indispensável para consolidar o “novo tipo” de relações entre as potências que completa a última versão da estratégia de retraimento⁸.

O Presidente Trump quer normalizar as relações com a Rússia, que reconhece como um parceiro crucial tanto contra as redes terroristas islâmicas, como, sobretudo, para conter a ascensão da China. Nesse contexto, pode estar disposto a tratar com o Presidente Putin para encontrar um acordo de cessação das hostilidades na Síria e uma fórmula de reconhecimento dos interesses especiais da Rússia na Ucrânia e no “espaço pós-soviético”, num quadro em que subalterniza as relações entre os

8 Ver Wright (2016), Brands e Kahl (2017) e Brands (2017).

Estados Unidos e os seus aliados europeus, assim como o estatuto da NATO como pilar da comunidade transatlântica (Simon, 2017)⁹.

Essa linha geral pode significar quer a continuidade da estratégia de retraimento, quer a sua transformação numa estratégia de “*offshore balancing*”, quer uma inversão das alianças. No primeiro caso, os Estados Unidos continuam a concentrar-se na recuperação das capacidades internas e a limitar o cumprimento das obrigações externas para preservar a sua preponderância internacional, transferindo uma parte crescente das suas responsabilidades para os aliados sem pôr em causa o “sistema americano” (Anton, 2017)¹⁰. No segundo caso, os Estados Unidos demarcam-se das alianças com as democracias europeias e asiáticas e da ordem liberal para recuperar a sua autonomia internacional e reconstruir um novo quadro de relações com o conjunto das grandes potências, responsáveis pelas suas respetivas “esferas de influência” num “concerto multipolar” onde a “República imperial” não é mais do que um *primus inter pares* (Walt, 2011b; Layne, 2012). No terceiro caso, os Estados Unidos desvalorizam as alianças democráticas e procuram uma aliança com os seus antigos adversários e privilegiam a convergência com a Rússia para impedir uma coligação continental contra a hegemonia norte-americana e travar a ascensão da China (Cohen, 2016).

Os primeiros sinais são ambíguos e inconclusivos. A continuidade reclama uma ascendência improvável dos conservadores liberais na balança política interna dos Estados Unidos, o “concerto multipolar” exige uma prioridade diplomática dificilmente compatível com o primado atribuído à política interna norte-americana, a inversão das alianças pressupõe uma revolução estratégica que tem contra si a heterogeneidade política e a inércia do sistema internacional.

A Ressurgência da Rússia como Potência Revisionista

A derrota da União Soviética na Guerra Fria, tal como a da Alemanha na Grande Guerra, não foi uma derrota completa, nem muito menos decisiva, da maior potência continental europeia.

Desde logo, os Estados Unidos quiseram garantir que a Rússia seria o único sucessor do império soviético, quer no Conselho de Segurança da ONU e nos regimes de controlo dos armamentos estratégicos, quer como potência nuclear, o que implicou a desnuclearização da Ucrânia, a qual aceitou em contrapartida a garantia da sua integridade territorial pelos “Estados nucleares”. Por outro lado, a capacidade de dissuasão nuclear, assim como o estatuto da Ucrânia como um “separador” entre a Rússia e a Europa ocidental, garantiram a inserção da Rússia no sistema de segurança europeu, ou “euro-atlântico”, institucionalizada quer pelos acordos bilaterais

9 Ver também Mearsheimer (2016).

10 Ver também Kirchick (2017b).

entre a Rússia e a NATO, quer no quadro da nova Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). Por último, numa interpretação extensiva dos interesses de segurança da Rússia, as potências ocidentais abstiveram-se de qualquer tipo de intervenção militar no “espaço pós-soviético” e a NATO renunciou a instalar armas estratégicas e forças aliadas no território dos seus novos membros.

Não obstante, a ressurgência da Rússia como grande potência foi marcada pelo ressentimento antiocidental das suas elites políticas, pela rejeição dos princípios da ordem internacional e pela oposição ao “sistema unipolar”, denunciado como ilegítimo e inaceitável¹¹. Essa orientação política passou a ser assumida como linha oficial depois das “revoluções coloridas”, nomeadamente na Ucrânia e na Geórgia, quando o espectro da transição democrática nas repúblicas pós-soviéticas ameaçou contagiar a “democracia soberana” da Rússia de Putin (Mitchell, 2012)¹².

A viragem revisionista na estratégia russa¹³ começou com a intervenção militar na Geórgia – uma resposta às decisões do Conselho do Atlântico Norte, que tinha, por um lado, recusado a proposta norte-americana para aprovar os *Membership Action Plans* (MAP) que iniciariam os processos formais de adesão à NATO da Ucrânia e da Geórgia e, por outro lado, anunciado no comunicado final que essas duas antigas repúblicas soviéticas viriam a ser membros da Aliança Atlântica (Rice, 2011, p. 675). A intervenção mostrou a determinação da Rússia em pôr fim à expansão oriental da NATO, a qual deixou de ser uma prioridade da coligação ocidental.

A resposta contida dos aliados à invasão da Geórgia, assim como a crise financeira internacional e a revisão da estratégia norte-americana, confirmaram a validade da linha ofensiva russa. A falência do Lehman Brothers demonstrou as vulnerabilidades do sistema financeiro e do capitalismo ocidental, a *débâcle* da ocupação do Iraque e o regresso das tropas marcaram o fim do mito da invencibilidade militar norte-americana no pós-Guerra Fria. O *reset* tornou possível concluir os acordos START II e garantiu a retaguarda logística russa para o reforço da frente norte-americana no Afeganistão durante o curto período em que Yuri Medvedev substituiu Putin como Presidente, mas a tentativa de Obama para normalizar as relações bilaterais, tão pouco tempo depois da invasão da Geórgia, não podia não ser interpretada como um sinal adicional do “declínio irreversível” dos Estados Unidos (Stent, 2016a).

Essa visão era partilhada pela Rússia e pela China, que passaram a coordenar de forma regular as suas posições no Conselho de Segurança para neutralizar as iniciativas ocidentais nas crises da Síria, do Irão ou da Coreia do Norte, ao mesmo tempo

11 Ver “Putin’s Prepared Remarks at the 43rd Munich Conference on Security Policy”. *The Washington Post*, 12 de fevereiro de 2007. Ver também, “Wars Not Diminishing’ How Putin’s iconic 2007 Munich speech sounds today”. *Sputnik*, 10 de fevereiro de 2017.

12 Ver também Aslund e McFaul (2006), Wilson (2006), Mitchell (2008), Fischer (2014) e Bouchet (2016).

13 Ver Rynning (2015) e Schweller (2015). Ver ainda Schweller (1994) e Rynning (2008).

que decidiram institucionalizar os BRICS, o fórum onde a China e a Rússia se reúnem com a Índia, o Brasil e a África do Sul e cuja primeira cimeira de Chefes de Estado teve lugar em Ekaterinburg.

A “Primavera Árabe” abriu novas oportunidades para a estratégia revisionista. Putin denunciou a intervenção da NATO na Líbia que a Rússia tinha inicialmente autorizado pela sua abstenção no Conselho de Segurança, ao lado da China, da Índia e da Alemanha. O dirigente russo considerou *a posteriori* que a deposição do regime de Gaddafi excedia os termos da resolução das Nações Unidas e decidiu apoiar Bachar al-Assad, o seu único aliado no Médio Oriente, contra a revolta sunita na Síria (Barry, 2011; Williams, 2015). A intervenção da Rússia assegurou a sobrevivência do regime alawita contra as pressões dos Estados Unidos e dos seus aliados (Stent, 2016b)¹⁴, que aceitaram as propostas de mediação diplomática de Moscovo que asseguravam a destruição dos arsenais químicos de Bachar al-Assad, em vez de cumprir a ameaça de o derrubar se se repetissem os ataques com armas químicas contra populações civis (Gordon, 2013; de Young, 2013)¹⁵.

A passividade ocidental pode ter estimulado Putin a responder à crise interna do regime ucraniano com a anexação da Crimeia pela força¹⁶. Ironicamente, a deposição do Presidente Viktor Yanukovych, que os seus tutores russos atribuíram a um golpe de Estado ocidental, resultou da rejeição dos acordos bilaterais negociados entre a Ucrânia e a União Europeia imposta por Moscovo, embora a diplomacia russa nunca tivesse feito objeção ao desenvolvimento dessas relações. Porém, não responder à mudança de regime em Kiev podia ser interpretado como um recuo de Putin: a Rússia não pode voltar a ser um império sem recuperar a Ucrânia (Wilson, 2014; Sakwa, 2015).

A anexação russa da Crimeia foi a crise internacional mais séria desde a queda do Muro de Berlim e marcou uma transformação radical na segurança europeia (Merkel, 2014; Gaspar, 2017). A NATO e a Rússia voltaram a uma postura militar confrontacional assente na capacidade de dissuasão recíproca que tinha deixado de existir desde o fim da Guerra Fria (Sloan, 2016)¹⁷, as tensões entre a Rússia e os aliados ocidentais aumentaram e as relações de Moscovo com Washington e com Berlim entraram numa crise prolongada¹⁸.

14 Ver ainda Charap (2013), Allison (2013) e Hill (2013), Kaim e Tamminga (2015), Stepanova (2016), Oweis (2016).

15 Ver também Lund (2017).

16 Em 2014, na reunião anual dos Embaixadores franceses, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Laurent Fabius afirmou que a decisão russa de anexar a Crimeia era indissociável da passividade ocidental na Síria (France Diplomatie, 2014).

17 Ver também Walt (2014), Kay (2015), Stacey (2016), Chivvis *et al.* (2016), Shlapak e Johnson (2016a), Shlapak e Johnson (2016b) e Kofman (2016).

18 Ver Sokolsky (2017) e Marten (2017).

Putin (2014) justificou a anexação com a necessidade de corrigir os “erros da história”, uma forma de reconhecer que Moscovo não estava só a pôr em causa o princípio da inviolabilidade das fronteiras internacionais pela primeira vez desde o fim da Segunda Guerra Mundial, mas também queria anular os acordos com Washington que tornaram possível o fim pacífico da Guerra Fria, incluindo o *memorandum* de Budapeste onde as potências nucleares garantiram a integridade territorial da Ucrânia em troca da sua desnuclearização, indispensável para assegurar o estatuto da Rússia como o único sucessor nuclear da União Soviética (Pifer, 2011; Shevtsova, 2014).

O cálculo inicial do Presidente russo pode ter antecipado a repetição do precedente da Geórgia, em que os aliados ocidentais se revelaram prontos a ultrapassar o “incidente caucasiano”. Mas Putin quis alargar a sua ofensiva, com a escalada da “guerra híbrida” em Donbas para manter a Ucrânia num estado de insegurança permanente: contra as expectativas, os seus adversários ocidentais nem se dividiram, nem desistiram de impor sanções, nem de mobilizar recursos adicionais para reforçar a presença militar da NATO nos Estados-membros com fronteiras com a Rússia.

Porém, a Rússia não ficou isolada. Putin foi recebido em Pequim pelo Presidente Xi Jinping numa cimeira onde a “parceria estratégica global” entre as duas grandes potências continentais se consolidou, com um novo acordo energético bilateral, a transferência de sistemas de armas avançados, a previsão de manobras navais no Mediterrâneo e no Mar do Japão e o anúncio das comemorações conjuntas do aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial (Stent, 2016a)¹⁹. O Presidente russo participou na cimeira dos BRICS ao lado de todos os seus homólogos e teve encontros sucessivos com o Primeiro-Ministro Shinzo Abe, não obstante o Japão participar nas sanções contra a Rússia ao lado das democracias ocidentais.

No mesmo sentido, a diplomacia russa foi parte integrante da negociação dos membros permanentes do Conselho de Segurança e da Alemanha com o Irão (P5+1) para suspender o programa nuclear militar iraniano e pôr fim às sanções contra o regime teocrático xiita. Paralelamente, pôde consolidar a convergência com o Irão na Síria, onde a intervenção militar direta na guerra civil confirmou a determinação da Rússia em impedir uma resolução do conflito que pudesse pôr em causa as suas instalações militares navais e aéreas em Tartus e Latakia. O *rapprochement* entre Ancara e Moscovo consolidou a posição russa na Síria.

A escalada da Rússia inclui a instalação dos novos mísseis de cruzeiro SSC-8 (Sonne, Branes e Lubold, 2016; Gordon, 2017), com capacidades comparáveis aos mísseis de alcance intermédio, a primeira categoria de armas nucleares a ser interdita, nos termos do acordo sobre as Forças Nucleares Intermédias (INF), assinado pelos Pre-

19 Ver também Tiezzi (2014), Goldstein (2014), Wilhelmsen (2014), Gabuev (2015), Trenin (2015), Eder (2016) e Gabuev (2016).

sidentes Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev (Woolf, 2017)²⁰. A nova competição nuclear pode abrir caminho a uma repetição da “crise dos euromísseis”, em que a Rússia visava desacoplar o teatro europeu das garantias de dissuasão estratégica norte-americana e dividir a NATO: esse objetivo parece continuar a presidir à política de Moscovo, que, entretanto, passou a cultivar as correntes nacionalistas europeias e ocidentais que se podem rever no regime autoritário da Rússia de Putin, em substituição dos Partidos Comunistas que aceitavam submeter-se às posições internacionais da União Soviética (Polyakova, Laruelle, Meister e Barnett, 2016; Polyakova e Kreko, 2017).

As estratégias revisionistas são recorrentes na história da principal potência continental europeia, tanto nos ciclos de expansão, como nos ciclos de declínio, quando as demonstrações de força nas marcas imperiais se tornam indispensáveis para consolidar o regime político interno (Kotkin, 2016, p. 2). A diplomacia russa domina as regras da balança do poder e sabe como oscilar entre os Estados Unidos e a China, ou entre a Europa e a Ásia, sem ter de escolher um alinhamento fixo ou definitivo: Pequim, não obstante a sua falta de experiência diplomática, parece compreender melhor os limites da parceria russa do que Washington ou Berlim, recorrentemente atraídos para uma convergência com Moscovo. O centro russo sabe como tirar partido quer da capacidade estratégica nuclear, quer das vantagens da posição geográfica da Rússia para projetar a sua força militar no “Estrangeiro Próximo” e nos mares adjacentes, incluindo o Ártico e o Báltico, o Mar Negro e o Mediterrâneo. A tradição imperial assegura a capacidade russa para compensar o manifesto declínio estratégico, político e económico do antigo império com o reconhecimento internacional do estatuto da Rússia como uma grande potência.

As estratégias alternativas da Rússia – uma coligação revisionista com a China, ou uma inversão da linha ofensiva para se realinhar ou com os Estados Unidos para reconstruir um “concerto multipolar” ou com a Alemanha para formar uma balança tripolar no “espaço euro-atlântico” – não têm uma sustentação evidente nas elites dominantes no regime da “democracia soberana”. Por certo, a Rússia quer estar presente nos quadros em que o seu estatuto internacional possa ser reconhecido, mas não está preparada nem para desistir da sua estratégia revisionista, nem para depender de uma aliança ocidental ou de uma parceria oriental, nem para se reintegrar no “sistema americano” do pós-Guerra Fria.

O Momento Alemão e o Declínio Europeu

No fim da Guerra Fria, os Estados Unidos apoiaram a unificação da Alemanha num quadro de continuidade da NATO e das Comunidades Europeias. Esses termos foram aceites por Moscovo na condição da Alemanha unificada não deixar de ser

²⁰ Ver também Pifer (2014).

um Estado não-nuclear, enquanto Paris e Londres convergiram com Bona para reconstruir os equilíbrios regionais na União Europeia, nas vésperas do fim da União Soviética completar a revolução na balança europeia.

A continuidade do modelo de ordenamento ocidental pôde conter os efeitos mais perturbadores dessa mudança. Os Estados Unidos e a NATO eram os responsáveis pela defesa europeia, a segurança da Alemanha unificada continuava a depender da garantia estratégica nuclear norte-americana e a França e a Grã-Bretanha podiam contrabalançar a potência central europeia com o seu estatuto diplomático e nuclear, enquanto a Rússia procurava sobreviver intacta à transição pós-comunista e pós-imperial. Porém, essa configuração diplomática foi posta em causa pela estratégia de retraimento e pelo *pivot* asiático dos Estados Unidos, pela assertividade da Rússia como potência revisionista e pela sucessão de crises que confirmaram o declínio europeu nos últimos dez anos.

As três principais potências europeias responderam às mudanças na configuração diplomática e às crises internas em ordem dispersa, desde a primeira hora. A Alemanha quis tirar partido da crise para criar o seu “momento unipolar” na comunidade europeia e recuperar uma maior autonomia estratégica sem rutura da aliança americana²¹. Berlim assumiu a responsabilidade de resolver a crise do Euro nos seus próprios termos, que implicavam uma diferenciação dos modelos económicos da “Eurozona” e dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que propunha a negociação de uma Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), necessária para consolidar a frente ocidental perante as potências emergentes. No mesmo sentido, quis estar na primeira linha da resposta à crise ucraniana, onde se empenhou tanto na mediação diplomática entre a Rússia e a Ucrânia, como no robustecimento das garantias de defesa da NATO perante a nova ameaça revisionista nas marcas europeias, sem todavia desistir do projeto do gasoduto Nordstream II que liga diretamente a Alemanha à Rússia (Adomeit, 2014)²².

Em ambos os casos, a Alemanha perfilou-se como o parceiro indispensável dos Estados Unidos para assegurar a estabilidade europeia, para resolver, ou conter, as crises regionais e deixar ao seu principal aliado as mãos livres para se concentrar prioritariamente na China e na Ásia. Nessa fórmula de *co-leadership*, Berlim e Washington seguiram vias paralelas com uma distância crescente, conjunturalmente compensada pela estabilidade da ordem liberal (Lever, 2017, p. 164)²³.

A França respondeu aos riscos de abandono implícitos na estratégia de retraimento e na viragem asiática com uma estratégia de alinhamento dual com os Estados Unidos e com a Alemanha. Sarkozy formalizou a reintegração das forças armadas fran-

21 Ver Kundnani (2014), Szabo (2015), Stelzenmuller (2016), Janning e Moller (2016).

22 Ver também Kirchick (2017a).

23 Ver também Kundnani (2017a).

cesas na estrutura de comandos integrados da NATO e, quando foi necessário escolher o quadro institucional para enquadrar a intervenção militar na Líbia, preferiu a Aliança Atlântica à União Europeia, em parte para sublinhar a ausência da Alemanha, em parte para realçar o realinhamento da França com as potências anglo-saxónicas no domínio da segurança e da defesa (Schmitt, 2016)²⁴. A diplomacia francesa tomou as posições mais duras na negociação coletiva dos acordos nucleares com o Irão, ficou isolada na defesa de uma intervenção aliada na Síria, garantiu por si só as ações militares para conter a expansão da Al Qaeda no Mali e no Sahel e, sobretudo depois dos atentados terroristas em Paris, tornou-se o principal parceiro dos Estados Unidos nas operações contra o “Estado Islâmico” no Iraque e na Síria (Barichella, 2016). O Presidente François Hollande anulou a venda de dois navios porta-helicópteros à Rússia depois da anexação da Crimeia (Tertrais, 2014) e mobilizou as capacidades francesas para contribuir para a segurança asiática ao lado dos Estados Unidos, incluindo a defesa da liberdade de circulação no Mar do Sul da China (Duchatel e Bromley, 2017).

Paralelamente, tanto Sarkozy, como Hollande, quiseram estar ao lado de Merkel na resposta às crises europeias: as divergências manifestas sobre as políticas económicas não impediram os responsáveis franceses de alinhar com as posições alemãs na crise do Euro e, na sequência da anexação da Crimeia, o Presidente francês quis estar ao lado da Chanceler alemã na mediação entre os Presidentes russo e ucraniano (Davet e Lhomme, 2016). O “par franco-alemão” pertence ao passado, quando existia uma paridade razoável entre os dois Estados, mas uma “conexão franco-alemã” continua a ser indispensável para garantir a estabilidade da União Europeia (Bozo, 2017a)²⁵.

A Grã-Bretanha procurou responder à viragem norte-americana, que prejudicou o seu estatuto crucial como elo estratégico entre os Estados Unidos e a Europa Ocidental, com uma linha de distanciamento crescente em relação à Alemanha e à União Europeia, para reconstituir a *special relationship* entre Washington e Londres no quadro de uma articulação estratégica global (Stokes e Withman, 2013)²⁶. A Grã-Bretanha continua a ser um aliado especial dos Estados Unidos tanto no quadro da NATO, como no domínio nuclear, das informações e das operações especiais contra as redes terroristas islâmicas e mantém responsabilidades próprias na segurança asiática, designadamente no quadro dos *Five Power Defence Arrangements*, ao lado da Austrália, da Nova Zelândia, da Malásia e de Singapura.

O primeiro sinal da nova estratégia foi dado por Gordon Brown quando, na sequência da falência do Lehman Brothers, o Primeiro-Ministro britânico se demarcou da

24 Ver também Rynning (2013).

25 Ver também Fischer (2017).

26 Ver também Simon e Rogers (2011) e Ross (2013).

proposta de Sarkozy para reunir o G7 e defendeu em Washington a convocação da primeira cimeira de Chefes de Estado e de Governo do G20, onde tinham assento um número igual de países europeus e asiáticos (Paulson, 2010). No mesmo sentido, David Cameron retirou o Partido Conservador do Partido Popular Europeu (PPE) e paralisou a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da União Europeia, ao mesmo tempo que concluía os Tratados de Lancaster House com a França, sua parceira na intervenção da NATO na Líbia. As crises europeias serviram para distanciar Londres de Berlim e de Bruxelas: na crise da moeda única, a Grã-Bretanha não assinou o Tratado de Estabilidade, Coordenação e Governação da União Económica e Monetária (UEM) e jogou na demarcação entre a “Eurozona” e os restantes Estados-membros da União Europeia; na crise ucraniana, quis estar na primeira linha da resposta da NATO à nova ameaça russa e tornou-se, ao lado dos Estados Unidos, do Canadá e da Alemanha, uma das *lead nations* que comandam a NATO Response Force (NRF) pronta para intervir na Polónia, na Estónia, na Letónia e na Lituânia, mas não quis integrar o “Formato da Normandia” para a mediação diplomática entre a Rússia e a Ucrânia; na crise dos refugiados, acelerou a preparação da renegociação do estatuto do Reino Unido na União Europeia, em que pretendia pôr limites à liberdade de circulação e aos direitos dos cidadãos europeus residentes nas ilhas britânicas.

As divergências entre as três principais potências europeias impediram uma resposta coletiva às crises da União Europeia, assim como à multiplicação dos conflitos das periferias da Europa ocidental, mas não impediram que a Alemanha tenha passado a ser reconhecida como a principal potência europeia.

Desde logo, Berlim foi crucial para assegurar a sobrevivência da moeda europeia. Quando a crise financeira internacional chegou, a Alemanha decidiu impor políticas de austeridade draconianas, nomeadamente na Grécia, na Irlanda, em Portugal, na Espanha e na Itália. Merkel e Sarkozy classificaram a crise do Euro como uma “crise existencial” da União Europeia: com a França imersa numa crise económica e social, a Alemanha era o único Estado com condições para assegurar a sobrevivência do Euro e ditou os seus termos quer nas reformas do modelo de governo da “Eurozona” com o Tratado de Estabilidade, Coordenação e Governação e a institucionalização do Mecanismo de Estabilidade Europeu (ESM), quer nas modalidades de resgate económico, incluindo o controlo dos Programas de assistência financeira pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu (BCE) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

A estratégia alemã salvou a moeda única europeia e Berlim usou a crise como um método para consolidar a sua posição na União Europeia (Ther, 2016). A subordinação da França às iniciativas de Berlim confirmou a sua preponderância da Alemanha no governo da UEM, cuja institucionalização acentuou a clivagem entre os Estados-membros da “Eurozona” e os restantes Estados-membros da União Euro-

peia, incluindo a Grã-Bretanha. Paralelamente, as clivagens impostas pela crise dividiram a União Europeia entre a Europa do norte e a Europa do sul e consolidaram a posição central da Alemanha, quer como o garante dos interesses dos países credores, quer como fiador dos países devedores. A crise e as políticas de austeridade foram instrumentais para impor o “*ordo-liberalismo*” alemão como modelo de referência e “normalizar” o conjunto das economias dos Estados-membros da União Europeia, incluindo os países da Europa central e oriental candidatos à moeda única.

Por outro lado, o novo estatuto da Alemanha foi confirmado na resposta à anexação da Crimeia, em que os Estados Unidos, pela primeira vez, transferiram para os aliados europeus a responsabilidade de definir as modalidades da estratégia ocidental. O primeiro passo dos Estados Unidos, da União Europeia e do Japão foi a imposição de sanções económicas à Rússia. O segundo passo concentrou-se na revisão da postura da NATO perante a nova ameaça estratégica da Rússia, onde o reforço das capacidades militares dos aliados, incluindo os Estados Unidos e a Alemanha, foi executado sem pôr em causa os termos do Acto Fundador NATO-Rússia, sem o posicionamento de armas nucleares e sem o estacionamento permanente de forças aliadas no território dos novos membros da Aliança Atlântica²⁷. Essa restrição, defendida por Berlim, não impediu a Alemanha nem de intensificar a sua cooperação militar bilateral e multilateral com a Polónia e as Repúblicas bálticas, nem de assumir a responsabilidade conjunta pelo Quartel-General do Corpo Multinacional do Nordeste da NATO (MNC NE) que integra a *Very High Readiness Joint Task Force* (VJTF), nem de estar na primeira linha do *Readiness Action Plan* (RAP) e de ser uma das quatro *lead nations* da NATO, à frente das NRF na Lituânia (Major e von Voss, 2016)²⁸. O terceiro passo foi a mediação da Alemanha e da França entre a Rússia e a Ucrânia, onde Merkel e Hollande puderam obter de Putin e do Presidente Petro Porochenko os compromissos formais para a cessação das hostilidades na Ucrânia do sudeste inscritos nos dois acordos de Minsk. Nesse quadro, ao mesmo tempo que se concluíam os novos acordos entre a União Europeia e a Ucrânia indispensáveis para sustentar a economia ucraniana, Berlim e Washington puderam convergir numa política comum contra o envio para Kiev das armas necessárias para modernizar as capacidades das Forças Armadas ucranianas²⁹.

A República Federal assumiu-se, pela primeira vez, como uma potência diplomática. Com exceção da Guerra do Kosovo, a Alemanha tem sido relutante em recorrer

27 Segundo o “*Founding Act on Mutual Relations, Cooperation and Security between NATO and the Russian Federation*”, Paris, 27 de maio de 1997. Essa interpretação pôde ser contestada depois da anexação da Crimeia. Ver Coffey e Kochis (2015).

28 Ver também Major (2015).

29 Ver Kundnani e Pond (2015), Adomeit (2015), Frosberg (2016) e Facon (2017).

à força militar, nomeadamente nos conflitos do Mediterrâneo e do Médio Oriente, e absteve-se, ao lado da Rússia, da China, da Índia e do Brasil, na votação do Conselho de Segurança que autorizou a intervenção da NATO contra o regime de Gaddafi, onde as suas tropas não tiveram qualquer participação. No mesmo sentido, as forças alemãs não participam nas ações armadas das operações aliadas contra o “Estado Islâmico” na Síria e no Iraque. Não obstante, as contribuições militares da Alemanha foram indispensáveis para garantir o sucesso das decisões tomadas no quadro da NATO para conter a pressão estratégica da Rússia no teatro europeu³⁰.

Por fim, a crise dos refugiados, que pôs em causa o “Espaço Schengen”, revelou a Alemanha como o garante dos valores humanistas que definem a identidade ocidental (Alkoussaa *et al*, 2016). Perante uma vaga de refugiados e de emigrantes sem precedentes desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a Chanceler alemã decidiu unilateralmente alterar as regras do “Espaço Schengen” para receber um milhão de refugiados sírios na República Federal e, de seguida, perante a saturação da Alemanha, Bruxelas impôs aos Estados-membros um regime de quotas para redistribuir milhares de pessoas em movimento no território da União Europeia. Essas decisões provocaram tensões políticas entre Berlim e os Estados-membros da Europa central e oriental que se manifestaram contra a instalação de comunidades islâmicas nos seus países. O movimento caótico de centenas de milhares de refugiados e emigrantes, assim como a sua concentração num número restrito de países, estimularam o crescimento dos partidos racistas e nacionalistas e dividiram os partidos tradicionais no poder, obrigados a impor limites à chegada de mais refugiados, nomeadamente nos casos da Alemanha e da Suécia (Kirchick, 2017a, pp. 114-134). Nesse quadro, Berlim empenhou-se em concluir um acordo entre Bruxelas e Ancara para os refugiados e emigrantes permanecerem em território turco, em troca da reabertura das negociações para a adesão da Turquia à União Europeia, no próprio momento em que o regime islâmico do Presidente Recep Tayyip Erdogan acentuava a sua deriva autoritária.

Não obstante, a decisão de Merkel completou a transformação da identidade política da Alemanha: enquanto os Estados Unidos e a Grã-Bretanha rejeitavam novos emigrantes e a França se confrontava com a força crescente de correntes racistas e sectárias anti-islâmicas e antisemitas, a República Federal pôde apresentar-se como uma democracia exemplar, fiel depositária dos valores humanistas que definem a ordem liberal ocidental no sistema internacional.

O estatuto da Alemanha como a principal potência regional, garante da estabilidade europeia e guardião da ordem liberal, consolidou-se nos anos de crise que

30 Ver Major (2015), Major e Rathke (2016) e Szabo (2016).

confirmaram o declínio da Europa ocidental. Esse declínio tornou-se manifesto quer pela dificuldade em preservar a sua posição relativa perante a ascensão da Ásia, quer pela imersão nas sucessivas crises internas, quer pela impotência perante a escalada dos conflitos no novo arco de crises e pela vulnerabilidade à ameaça das redes terroristas islâmicas e perante as vagas de refugiados e de emigrantes.

O “Brexit” confirmou essa dupla tendência de ascensão da Alemanha e declínio da Europa ocidental. É a primeira vez que um Estado-membro decide abandonar a União Europeia e a retirada da Grã-Bretanha, uma das três principais potências regionais, representa uma rutura política e institucional da unidade europeia que assegurou a estabilidade do regime de segurança desde o fim da Guerra Fria. A nova divisão inverte o processo de integração regional, prejudica a credibilidade e a projeção internacional da União Europeia e deixa aberto um vazio que tende a ser preenchido pela Alemanha e reforça a sua preponderância na Europa continental (Rynning (2017)³¹.

A dureza da resposta da Alemanha e da França confirmou a profundidade da crise europeia. Primeiro, o Conselho Europeu aprovou a nova Estratégia Global da União Europeia (EUGS)³², definiu uma política de integração das indústrias de defesa dos Estados-membros – Merkel já tinha vetado a fusão entre a EADS e a BAE antes de se iniciar o processo do *referendum* britânico (Lever, 2017, pp. 187-190) – e decidiu investir nos programas europeus de investigação nos domínios da segurança. Paralelamente, Merkel e Hollande reuniram-se com o Presidente do Conselho espanhol e o Primeiro-Ministro italiano em Versailles para dar forma à Cooperação Estruturada Permanente (PeSCo) no domínio da defesa prevista no Tratado de Lisboa, cuja realização seria sempre impossível com o governo conservador britânico (Major, 2017)³³. Segundo, Berlim e Paris garantiram a unidade dos restantes Estados-membros da União Europeia no processo negocial do “Brexit” (Besch e Odendahl, 2017), que foi entregue à Comissão Europeia e segue as diretivas aprovadas no Conselho Europeu. Terceiro, Paris e Berlim estão prontos para abrir a questão da Irlanda no quadro formal da negociação do “Brexit” e o Conselho Europeu admite aplicar à Irlanda do Norte o modelo desenhado para a integração automática da República Democrática Alemã nas Comunidades Europeias se Belfast preferir a unificação irlandesa e os fundos europeus à permanência no Reino Unido (Dempsey, 2017)³⁴.

31 Sobre as consequências estratégicas do “Brexit”, ver Freedman (2016), Heisbourg (2016), Simon (2016), Keohane (2016) e Black *et al.* (2016).

32 Ver Biscop (2016), Techau (2016), Bendiek (2016), Keohane (2016), Fiott e Missiroli (2016), European Council (2016) e Pérez (2017).

33 Ver também Besch (2016) e Fiott (2017).

34 Ver também Perez e Abellán (2017) e European Council (2017).

Nessas condições, a polarização crescente entre Londres e Bruxelas parece inevitável e as relações entre as três grandes potências europeias – unidas pela NATO, divididas pela União Europeia – voltaram a estar sob o signo da competição estratégica.

Envoi

As variações na dinâmica do sistema internacional, a instabilidade nos alinhamentos regionais e a erosão da ordem ocidental criaram um quadro de instabilidade no regime de segurança europeu sem precedentes desde o fim da Guerra Fria.

A estrutura de distribuição do poder internacional não se alterou: os Estados Unidos continuam a ser a principal potência e a sua preponderância nas dimensões estratégica, política, militar e económica tornam obrigatório classificar a “República imperial” numa categoria própria no cimo do *ranking* internacional (Brooks e Wohlforth, 2016)³⁵. Porém, o retraimento estratégico prolongado dos Estados Unidos e a ressurgência da Rússia, da China e do Irão tornam possível uma dinâmica centrífuga no sistema internacional: a diminuição da capacidade (e da vontade) do centro norte-americano em sustentar a ordem liberal e a integração internacional, expressa nas decisões de suspender os acordos da Parceria do Pacífico (TPP) e as negociações da TTIP, pode convergir com as estratégias de hegemonia regional das potências revisionistas para formar uma nova configuração diplomática, em que a estrutura unipolar coexiste com a autonomia e a diferenciação crescente dos “complexos de segurança regionais”.

Nesse contexto, os alinhamentos regionais tornam-se cruciais para determinar a balança internacional entre os “espaços continentais”, incluindo a Europa ocidental, cuja autonomia estratégica está em jogo. No pós-Guerra Fria, os Estados Unidos seguiram uma estratégia de consolidação das alianças tradicionais para preservar intacta a sua capacidade para definir os equilíbrios nas principais regiões internacionais: a Alemanha e o Japão, dois Estados não-nucleares dependentes do “guarda-chuva” norte-americano para garantir a sua segurança perante a Rússia e a China, tornaram-se os parceiros indispensáveis do “pacificador americano” para assegurar a estabilidade regional e impedir que as potências revisionistas determinassem a balança do poder na Europa ocidental e na Ásia oriental.

Porém, o prolongamento da estratégia de retraimento, a força da ressurgência revisionista e a crise da ordem liberal podem forçar a revisão dessa fórmula, nomeadamente na balança europeia. Com efeito, a estratégia de reaproximação entre os Estados Unidos e a Rússia voltou a estar no centro da política norte-americana, em parte por causa da necessidade de conter a ascensão chinesa, que torna imperativo

35 Ver também Posen (2011, pp. 317-341).

impedir uma coligação anti-hegemônica entre Pequim e Moscovo, em parte para garantir uma frente comum na neutralização das redes terroristas islâmicas e da ameaça do fundamentalismo religioso no arco islâmico, em parte para limitar a preponderância alemã no espaço continental europeu.

Na sequência da ressurgência russa, que mudou o quadro da segurança regional, a viragem norte-americana é um fator crítico de perturbação na balança europeia (Bozo *et al.*, 2017). Desde logo, a convergência estratégica entre os dois adversários da Guerra Fria pode provocar a unidade entre as três potências europeias para reconstruir uma “Terceira Força” entre a Rússia e os Estados Unidos. Esse cenário, de regresso a velhas estratégias sucessivamente dirigidas pela Alemanha, pela Grã-Bretanha e pela França, confirma a lógica de fragmentação regional do sistema internacional em espaços continentais política e culturalmente congruentes: o “Brexit” compromete essa convergência, que pode ser restaurada por um acordo de defesa trilateral entre Paris, Londres e Berlim para garantir a defesa europeia perante a antecipação dos perigos do abandono norte-americano (Giuliani, 2016). Por outro lado, o realinhamento dos Estados Unidos com a Rússia pode provocar uma estratégia paralela de convergência entre as duas principais potências continentais europeias, um “novo Rapallo” (Kirchick, 2017a, pp. 71-108) – ou um novo Pacto Ribbentrop-Molotov, reconhecido pelas autoridades russas como um sucesso da sua diplomacia (Moscow Times, 2017)³⁶ – para reconstruir a “Europa do Atlântico aos Urais”: Kiev está no caminho da reconciliação entre Berlim e Moscovo, mas não deve ser impossível voltar a redesenhar as fronteiras na Europa de leste para conter os perturbadores de uma nova ordem europeia. Por último, a França pode escolher entre reconstruir a unidade das três potências europeias finalmente livres do “pacificador americano”, ou alinhar com a Alemanha na realização de uma versão continental da visão gaullista traduzida numa convergência tripolar entre Paris, Berlim e Moscovo, ou restaurar a *entente* com a Grã-Bretanha para reinventar uma Europa atlântica³⁷.

A credibilidade crescente dos cenários alternativos da balança europeia é, em si mesma, perturbadora da coesão das alianças democráticas europeias e ocidentais: as alianças dependem de uma visão estratégica comum e têm mais a ver com os cálculos sobre o futuro do que com as ameaças do passado (Snyder, 1997).

O quadro de instabilidade do regime de segurança europeu fica completo com a erosão da ordem liberal (Ikenberry, 2017). Com efeito, os Estados Unidos passaram a assumir que o sistema multilateral inventado para consolidar a preponderância norte-americana representa uma limitação excessiva à sua soberania e à sua autonomia estratégica e parecem dispostos a marcar uma distância crescente em relação

36 Ver também Linkevicius (2015).

37 Ver Gallon e Lightfoot (2016) e Bozo (2017b).

aos pilares institucionais da ordem ocidental, designadamente com a expressão, sem precedentes, de uma hostilidade manifesta em relação à União Europeia e de reservas em relação à própria NATO³⁸. Essa linha, que respalda a posição da Grã-Bretanha, pode contribuir para a polarização entre Londres e Bruxelas e transformar o “Brexit” numa rutura entre as três potências europeias. Os mais radicais querem que a saída britânica possa provocar um “efeito dominó”, aparentemente sem ter em conta a natureza simbiótica da relação entre os dois pilares da comunidade de segurança ocidental: a NATO não sobreviveria ao fim da União Europeia.

Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha são as potências ordenadoras da comunidade de segurança transatlântica, que inventaram o “Plano Marshall”, a Comissão de Coordenação Económica Europeia e a NATO: se ambas renunciaram a esse estatuto, a Alemanha e, eventualmente, a França, teriam de ocupar o seu lugar para reconstruir uma nova ordem europeia. Mas nem a União Europeia, nem a NATO sobreviveriam nem a uma divisão entre a “Europa atlântica” e a “Europa continental”, nem ao reencontro da Alemanha com a sua identidade original e a uma deriva pós-ocidental.

Entre a incerteza estratégica, a instabilidade dos alinhamentos e a erosão da comunidade das democracias ocidentais, a crise passou a ser o estado normal do regime de segurança europeia, no início de uma transição onde o mais difícil é prever a restauração da ordem democrática do pós-Guerra Fria.

Referências

- Adomeit, H., 2014. *Germany's Russia Policy: From Sanctions to Nordstream?* Transatlantic Academy Paper Series 3. Disponível em <http://www.transatlanticacademy.org/sites/default/files/publications/Adomeit%20-%20web.pdf>.
- Adomeit, H., 2015. German-Russian Relations: Change of Paradigm vs Business as Usual. *IFRI Note du Cerfa* 16. Disponível em http://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/ndc_120_adomeit_en_0.pdf.
- Alkoussaa, R. et al., 2016. Two Weeks in September: The Makings of Merkel's Decision to Accept Refugees. *Der Spiegel*, 24 de Agosto. Disponível em <http://www.spiegel.de/international/germany/a-look-back-at-the-refugee-crisis-one-year-later-a-1107986.html>.
- Allison, R., 2013. Russia and Syria: explaining alignment with a regime in crisis. *International Affairs*, 89(4), pp. 795-823.
- Anton, M., 2017. America and the International Liberal Order. *American Affairs*, 1(1), pp. 113-125.

38 Ver Sanger e Haberman, (2016) Dyer e Sevastopulo (2016), Wright (2017), Zakheim (2017), Besch (2017), James (2017), Kundnani (2017b), Kaufman (2017) e Pothier e Vershbow (2017).

- Aslund, A. e McFaul, M., eds., 2006. *Revolution in Orange: The Origins of Ukraine's Democratic Breakthrough*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace.
- Bader, J., 2012. *Obama and China's Rise: An Insider's Account of America's Ásia Strategy*. Washington: Brookings Institution.
- Barichella, A., 2016. Les Relations Transatlantiques après le Brexit. *Question d'Europe* 409. Disponível em <http://www.robert-schuman.eu/fr/doc/questions-d-europe/qe-409-fr.pdf>.
- Barry, E., 2011. Putin Criticizes West for Libya Incursion. *The New York Times*, 26 de abril. Disponível em <http://www.nytimes.com/2011/04/27/world/europe/27putin.html>.
- Bendiek, A., 2016. The Global Strategy for the EU's Foreign and Security Policy. *SWP Comments*. Disponível em https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2016C38_bdk.pdf.
- Besch, S., 2016. *EU Defence, Brexit, and Europe: The Good, the Bad and the Ugly*. Center for European Reform. Disponível em https://www.cer.org.uk/sites/default/files/pb_defence_14dec16.pdf.
- Besch, S. e Odendahl, C., 2017. Berlin to the Rescue? A closer look at Germany's position on Brexit. *Center for European Reform*. Disponível em https://www.cer.org.uk/sites/default/files/pb_germany_brexit_17.3.17.pdf.
- Besch, S., 2017. *Europe's NATO Balancing Act*. Center for European Reform. Disponível em <https://www.cer.org.uk/insights/europes-nato-balancing-act>.
- Biscop, S., 2016. The EU Global Strategy: Realpolitik with European Characteristics. *Security Policy Brief* 75. Disponível em <http://www.egmontinstitute.be/wp-content/uploads/2016/06/SPB75.pdf>.
- Black, J. et al., 2016. *Defence and Security after Brexit*. Santa Monica: RAND.
- Borger, J., 2014. Barack Obama: Russia is a regional power showing weakness over Ukraine. *The Guardian*, 25 de março. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2014/mar/25/barack-obama-russia-regional-power-ukraine-weakness>.
- Bouchet, N., 2016. Russia's Militarization of Colour Revolutions. *Policy Perspectives*, 4(2), pp. 1-4.
- Bozo, F. et al., 2017. *Suspicious Minds: U.S.-German Relations in the Trump Era*. Transatlantic Academy. Disponível em http://www.transatlanticacademy.org/sites/default/files/publications/Suspicious_Minds_Final_0.pdf.
- Bozo, F., 2017a. Whither Germany? Why France Matters. *Transatlantic Academy Paper Series* 2. Disponível em http://www.transatlanticacademy.org/sites/default/files/publications/Bozo%20-%20Why%20France%20Matters-final_2.pdf.
- Bozo, F., 2017b. *From French Resilience to a Re-Foundation of Europe?* German Marshall Fund, 11 de maio. Disponível em <http://www.gmfus.org/blog/2017/05/11/french-resilience-re-foundation-europe>.

- Brands, H. e Kahl, C., 2017. Trump's Grand Strategic Train Wreck. *Foreign Policy*, 31 de janeiro. Disponível em <http://foreignpolicy.com/2017/01/31/trumps-grand-strategic-train-wreck/>.
- Brands, H., 2017. US Grand Strategy in an Age of Nationalism: Fortress America and its Alternatives. *The Washington Quarterly*, 40(1), pp. 73-94.
- Brooks, S.; Ikenberry, J., Wohlforth, W., 2012. Don't Come Home, America: The Case against Retrenchment. *International Security*, 37(3), pp. 7-51.
- Brooks, S. e Wohlforth, W., 2016. *The United States' Global Role in the 21st Century*. New York: Oxford University Press.
- Charap, S., 2013. Russia, Syria and the Doctrine of Intervention. *Survival*, 55(1), pp. 35-41.
- Chivvis, C. et al., 2016. *NATO's Northeastern Flank: Emerging Opportunities for Engagement*. Santa Monica: RAND.
- Chollet, D., 2016. *The Long Game*. New York: Public Affairs.
- Clinton, H., 2011. America's Pacific Century. *Foreign Policy* nº189, pp. 56-63.
- Clinton, H., 2014. *Hard Choices*. New York: Simon & Schuster.
- Coffey, L. e Kochis, D., 2015. *The 1997 NATO–Russia Founding Act Does Not Prohibit Permanent NATO Bases in Eastern Europe*. Heritage Foundation. Disponível em <http://www.heritage.org/europe/report/the-1997-nato-russia-founding-act-does-not-prohibit-permanent-nato-bases-eastern>.
- Cohen, R., 2017. A New Yalta and the Revival of Europe. *The New York Times*, 16 de maio. Disponível em https://www.nytimes.com/2017/05/16/opinion/merkel-macron-euro-france-europe-roger-cohen.html?_r=0.
- Davet, G. e Lhomme, F., 2016. *Un Président ne devrait pas dire ça*. Paris: Stock.
- de Young, K., 2013. How the United States, Russia arrived at deal on Syria's chemical weapons. *The Washington Post*, 16 de setembro. Disponível em https://www.washingtonpost.com/world/national-security/how-the-united-states-russia-arrived-at-deal-on-syrias-chemical-weapons/2013/09/15/c851cd1e-1e5b-11e3-8459-657e0c72fec8_story.html?utm_term=.d72215cb7fdd.
- Dempsey, J., 2017. Will Brexit drive Northern Ireland Out of the United Kingdom? *The Washington Post*, 24 de maio. Disponível em https://www.washingtonpost.com/news/democracy-post/wp/2017/05/24/will-brexite-drive-northern-ireland-out-of-the-united-kingdom/?utm_term=.da2ab14bcb80.
- Duchatel, M. e Bromley, M., 2017. Influence by Default. Europe's Impact on Military Security in Ásia. *ECFR Policy Brief*. Disponível em http://www.ecfr.eu/page/-/Influence_by_default.pdf.
- Dueck, C., 2015. *The Obama Doctrine*. New York: Oxford University Press.

- Dyer, G., e Sevastopulo, D., 2016. Trump brands NATO 'obsolete' ahead of tough Wisconsin primary. *Financial Times*, 3 de abril. Disponível em <https://www.ft.com/content/0f397616-f9b8-11e5-8e04-8600cef2ca75>.
- Eder, T. e Huotari, M., 2016. Moscow's Failed Pivot to China. *Foreign Affairs*, 17 de abril. Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2016-04-17/moscow-s-failed-pivot-china>.
- European Council, 2016. *Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe. A Global Strategy for the European Union's Foreign and Security Policy*. Bruxelas. Disponível em http://eeas.europa.eu/archives/docs/top_stories/pdf/eugs_review_web.pdf.
- European Council, 2017. *European Council Art. 50 guidelines for Brexit negotiations*. Disponível em <http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2017/04/29-euco-brexit-guidelines/>.
- Facon, I., 2017. Défense ukrainienne: une réforme difficile face à des défis multiples. *Note de l'IFRI Russie.Nei.Vision* 101. Disponível em https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/facon_defense_ukrainienne_reforme_2017.pdf.
- Fiott, D. e Missiroli, A., 2016. Making Europe and Europeans Safer. *EUISS Alert* 39. Disponível em http://www.iss.europa.eu/uploads/media/Alert_39_Defence.pdf.
- Fiott, D., 2017. European defence: the year ahead. *EUISS Brief* 1. Disponível em http://www.iss.europa.eu/uploads/media/Brief_1_PESCO.pdf.
- Fischer, S., 2014. *Sovereign Democracy: Russia's Response to the Color Revolutions*. University of Louisville, College of Arts & Sciences Senior Honors Theses, Paper 90. Disponível em <http://ir.library.louisville.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1062&context=honors>.
- Fischer, J., 2017. Europe's New Indispensable Nations. *Handelsblatt*, 6 de janeiro. Disponível em <https://www.project-syndicate.org/commentary/europe-defense-french-german-leadership-by-joschka-fischer-2017-01?barrier=accessreg>.
- NATO, 1997. *Founding Act on Mutual Relations, Cooperation and Security between NATO and the Russian Federation*. Paris, 27 de maio. Disponível em http://www.nato.int/nrc-website/media/59451/1997_nato_russia_founding_act.pdf.
- France Diplomatie, 2014. Conférence des Ambassadeurs. Discours de Clôture de Laurent Fabius, 29 de agosto. *France Diplomatie*. Disponível em <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/le-ministere-et-son-reseau/evenements-et-actualites-du-ministere/conference-des-ambassadeurs/precedentes-conferences/xxiie-conference-des-ambassadeurs-25-30-08-2014/article/conference-des-ambassadeurs-114958>.
- Freedman, L., 2016. Brexit and the Law of Unintended Consequences. *Survival*, 58(3), pp. 7-12.
- Frosberg, T., 2016. From Ostpolitik to 'Frostpolitik': Merkel, Putin and German Foreign Policy toward Russia. *International Affairs*, 92(1), pp. 21-42.
- Gabuev, A., 2015. A 'Soft Alliance'? *Russia-China Relations after the Ukraine Crisis*. European Council on Foreign Relations, 10 de fevereiro. Disponível em http://www.ecfr.eu/publications/summary/a_soft_alliance_russia_china_relations_after_the_ukraine_crisis331.

- Gabuev, A., 2016. *Friends with Benefits? Russian-Chinese Relations after the Ukraine Crisis*. Carnegie Endowment for International Peace. Disponível em http://carnegieendowment.org/files/CEIP_CP278_Gabuev_revised_FINAL.pdf.
- Gallon, J. e Lightfoot, J., 2016. Spotlight France: Europe's Swing State. *Atlantic Council Issue Brief*. Disponível em http://www.atlanticcouncil.org/images/publications/Spotlight_France_web_1213.pdf.
- Gaspar, C., 2017. A Guerra da Ucrânia e o arco de crises. *Finisterra* nº80 (no prelo).
- Gholz, E.; Press, D. e Sapolsky, H., 1997. Come Home, America: The Strategy of Restraint in the Face of Temptation. *International Security*, 21(4), pp. 5-48.
- Giuliani, J-D., 2016. Réassurer la défense de l'Europe. *Fondation Robert Schuman Question d'Europe* 405. Disponível em <http://www.robert-schuman.eu/fr/questions-d-europe/0405-reassurer-la-defense-de-l-europeprojet-de-traite-pour-la-defense-et-la-securite-de-l-europe>.
- Goldberg, J., 2016. The Obama Doctrine. *The Atlantic*. Disponível em <https://www.theatlantic.com/press-releases/archive/2016/03/the-obama-doctrine-the-atlantics-exclusive-report-on-presidents-hardest-foreign-policy-decisions/473151/>.
- Goldgeier, J., 2010. *The Future of NATO*. Council on Foreign Relations Report. Disponível em https://www.cfr.org/sites/default/files/pdf/2009/12/NATO_CSR51.pdf.
- Goldstein, L., 2014. What Does China Really Think About the Ukraine Crisis? *The National Interest*, 23 de setembro. Disponível em <http://nationalinterest.org/feature/what-does-china-really-think-about-the-ukraine-crisis-11196>.
- Gordon, M., 2013. U.S. and Russia Reach Deal to Destroy Syria's Chemical Arms. *The New York Times*, 14 de setembro. Disponível em <http://www.nytimes.com/2013/09/15/world/middleeast/syria-talks.html>.
- Gordon, M., 2017. Russia Has Deployed Missile Barred by Treaty, U.S. General Tells Congress. *The New York Times*, 8 de março. Disponível em https://www.nytimes.com/2017/03/08/us/politics/russia-inf-missile-treaty.html?_r=0.
- Heisbourg, F., 2016. Brexit and European Security. *Survival*, 58(3), pp. 13-22.
- Hill, F., 2013. The Real Reason Putin Supports Assad. *Foreign Affairs*, 25 de março. Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/chechnya/2013-03-25/real-reason-putin-supports-assad>.
- Ikenberry, J., 2017. The Plot against American Foreign Policy: Can the Liberal Order Survive? *Foreign Affairs*, 96(3), pp. 2-10.
- James, J., 2017. Trump says NATO is obsolete but still 'very important to me'. *Reuters*, 16 de janeiro. Disponível em <http://www.reuters.com/article/us-usa-trump-nato-obsolete-idUSKBN14Z0YO>.
- Janning, J. e Moller, A., 2016. *Leading From the Center: Germany's New Role in Europe*. European Council on Foreign Relations Policy Brief. Disponível em http://www.ecfr.eu/page/-/ECFR_183_-_GERMAN_LEADERSHIP2.pdf.

- Kaim, M. e Tamminga, O., 2015. Russia's Military Intervention in Syria. *SWP Comments* n°48. Disponível em https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2015C48_kim_tga.pdf.
- Kaufman, J., 2017. The US perspective on NATO under Trump. *International Affairs*, 93(2), pp. 251-266.
- Kay, S., 2015. Time to Rethink Collective Defence within NATO? *The National Interest*, 1 de maio. Disponível em <http://nationalinterest.org/feature/time-rethink-collective-defense-within-nato-12779>.
- Keohane, D., 2016. European Defense and Brexit: A Tale of Three Cities. *Carnegie Endowment for International Peace*, 1 de julho. Disponível em <http://carnegieeurope.eu/strategic-europe/?fa=62922>.
- Keohane, D. e Molling, C., 2016. Conservative, Comprehensive, Ambitious, or Realistic? Assessing EU Defense Strategy Approaches. *German Marshall Fund Policy Brief* 41. Disponível em <http://www.gmfus.org/publications/conservative-comprehensive-ambitious-or-realistic-assessing-eu-defense-strategy>.
- Kirchick, J., 2017a. *The End of Europe*. New Haven: Yale University Press.
- Kirchick, J., 2017b. Who Killed the Liberal World Order? *The American Interest*, 3 de maio. Disponível em <https://www.the-american-interest.com/2017/05/03/who-killed-the-liberal-world-order/>.
- Kofman, M., 2016. Fixing NATO Deterrence in the East or: How I Learned to Stop Worrying and Love NATO's Crushing Defeat by Russia. *War on the Rocks*, 12 de maio. Disponível em <https://warontherocks.com/2016/05/fixing-nato-deterrence-in-the-east-or-how-i-learned-to-stop-worrying-and-love-natos-crushing-defeat-by-russia/>.
- Kotkin, S., 2016. Russia's Perpetual Geopolitics: Putin Returns to the Historical Pattern. *Foreign Affairs* n°95. Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/ukraine/2016-04-18/russias-perpetual-geopolitics>.
- Krepinevich, A. et al., 2012. *Strategy in Austerity*. Center for Strategic and Budgetary Assessments. Disponível em http://csbaonline.org/uploads/documents/CSBA_StrategyInAusterity_Online.pdf.
- Kundnani, H., 2014. *The Paradox of German Power*. London: Hurst.
- Kundnani, H. e Pond, E., 2015. Russia's Real Role in the Ukraine Crisis. *Foreign Affairs*, 94(2), pp. 173-176.
- Kundnani, H., 2017a. *The New Parameters of German Foreign Policy*. Transatlantic Academy Paper Series 3. Disponível em <http://www.transatlanticacademy.org/sites/default/files/publications/Kundnani%20-%20The%20New%20Parameters%20of%20German%20Foreign%20Policy.pdf>.
- Kundnani, H., 2017b. President Trump, the US security guarantee, and European integration. *German Marshall Fund Policy Brief* 48. Disponível em <http://brussels.gmfus.org/publications/president-trump-us-security-guarantee-and-future-european-integration>.
-

- Kupchan, C. e Trubowitz, P., 2008. Dead Center: The Demise of Liberal Internationalism in the United States. *International Security*, 32(2), pp. 7-44.
- Layne, C., 2010. Graceful Decline: The End of Pax Americana. *The American Conservative*. Disponível em <http://www.theamericanconservative.com/articles/graceful-decline/>.
- Layne, C., 2012. This Time It's Real: The End of Unipolarity and the Pax Americana. *International Studies Quarterly*, 56(1), pp. 203-213.
- Lever, P., 2017. *Berlin Rules: Europe and the German Way*. London: I. B. Tauris.
- Linkevicius, L., 2015. Putin has defended the Nazi-Soviet pact: Time for the west to wake up. *The Guardian*, 7 de novembro. Disponível em <https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/nov/07/vladimir-putin-defended-nazi-soviet-pact-west-world-war-two>.
- Lund, A., 2017. *Red Line Redux: How Putin Tore Up Obama's 2013 Syria Deal*. New York: The Century Foundation.
- Major, C., 2015. NATO's Strategic Adaptation. *SWP Comments* 16. Disponível em https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2015C16_mjr.pdf.
- Major, C. e Rathke, J., 2016. NATO Needs Deterrence and Dialogue. *SWP Comments* 18. Disponível em https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2016C18_mjr_Rathke.pdf.
- Major, C. e von Voss, A., 2016. Nordic-Baltic Security, Germany and NATO. *SWP Comments* 13. Disponível em https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2016C13_mjr_vos.pdf.
- Major, C., 2017. European Defence in View of Brexit. *SWP Comments* 10. Disponível em https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2017C10_mjr_vos.pdf.
- Mandelbaum, M., 2016. America in a New World. *The American Interest*, 23 de maio. Disponível em <https://www.the-american-interest.com/2016/05/23/america-in-a-new-world/>.
- Marten, K., 2017. Reducing Tensions between Russia and NATO. *Council Special Report* 79. Disponível em https://www.cfr.org/sites/default/files/pdf/2017/03/CSR_79_Marten_RussiaNATO.pdf.
- McDonald, P. e Parent, J., 2011. Graceful Decline? The Surprising Success of Great Power Retrenchment. *International Security*, 35(4), pp. 7-44.
- Mearsheimer, J., 2011. Imperial by Design. *The National Interest* nº111, pp. 16-34. Disponível em <http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0059.pdf>.
- Mearsheimer, J., 2016. Defining a New Security Architecture for Europe that Brings Russia in from the Cold. *Military Review* nº3, pp. 27-31.
- Merkel, A., 2014. *Lowy Lecture*, 17 de novembro. Lowy Institute. Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=HZYR5NVB8XA>.

- Mitchell, L., 2008. *U.S. Foreign Policy and Georgia's Rose Revolution*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Mitchell, L., 2012. *The Color Revolutions*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Monteiro, N., 2014. *Theory of Unipolar Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Moscow Times, 2015. Putin Defends Ribbentrop-Molotov Pact in Press Conference with Merkel. *Moscow Times*, 11 de maio. Disponível em <https://themoscowtimes.com/news/putin-defends-ribbentrop-molotov-pact-in-press-conference-with-merkel-46441>.
- Oweis, K. Y., 2016. Syria after the Russian Intervention. *SWP Comment* n°16. Disponível em https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2016C16_oweis.pdf.
- Pape, R., 2008. Empire Falls. *National Interest* n°99, pp. 21-34.
- Paulson, H., 2010. *On the Brink*. New York: Hachette.
- Pérez, R. F., 2017. Estratégia Global da União Europeia: Pragmatismo e Possibilismo. *Relações Internacionais* n°53, pp. 71-82.
- Perez, C. e Abellán, L., 2017. La UE pacta abrir la puerta a una futura Irlanda unificada. *El País*, 29 de abril. Disponível em http://internacional.elpais.com/internacional/2017/04/29/actualidad/1493458945_819765.html.
- Pew Research Center, 2010. Ukraine Says 'No' to NATO. *Pew Research Center*, 29 de março. Disponível em <http://www.pewglobal.org/2010/03/29/ukraine-says-no-to-nato/>.
- Pifer, S., 2011. The Trilateral Process: The United States, Ukraine, Russia and Nuclear Weapons. *Brookings Institution Arms Control Series Paper* 6. Disponível em https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/05_trilateral_process_pifer.pdf.
- Pifer, S., 2014. *The Moscow Missile Mystery: Is Russia Actually Violating the INF Treaty?* Brookings Institution. Disponível em <https://www.brookings.edu/opinions/the-moscow-missile-mystery-is-russia-actually-violating-the-inf-treaty/>
- Polyakova, A.; Laruelle, M.; Meister, S. e Barnett, N., 2016. *The Kremlin's Trojan Horses: Russian Influence in France, Germany, and the United Kingdom*. Atlantic Council. Disponível em http://www.atlanticcouncil.org/images/publications/The_Kremlins_Trojan_Horses_web_0228_third_edition.pdf.
- Polyakova, A. e Kreko, P., 2017. Will Populist Leaders Make Voters Love Putin? *The American Interest*, 2 de janeiro. Disponível em <https://www.the-american-interest.com/2017/01/02/will-populist-leaders-make-voters-love-putin/>.
- Posen, B., 2011. "From unipolarity to multipolarity: transition in sight?" In: J. Ikenberry, M. Mastanduno e W. Wohlforth, eds., *International Relations Theory and the Consequences of Unipolarity*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 317-341.
- Posen, B., 2014. *Restraint: A New Foundation for U.S. Grand Strategy*. Ithaca: Cornell University Press.
-

- Pothier, F. e Vershbow, A., 2017. *NATO and Trump*. Atlantic Council. Disponível em http://www.atlanticcouncil.org/images/publications/NATO_and_Trump_web_0523.pdf.
- Putin, V., 2014. Crimea address by President of the Russian Federation, President of Russia, Moscovo, 15 de março. Vídeo do discurso na íntegra disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Ayu3Ecdbl0Q>.
- Rankin, J., 2017. Europe would allow a united Ireland to join EU after Brexit. *The Guardian*, 27 de abril. Disponível em <https://www.theguardian.com/uk-news/2017/apr/27/eu-to-debate-recognising-united-ireland-to-allow-swift-return-for-north>.
- Rice, C., 2011. *No Higher Honour*. New York: Simon & Schuster.
- Ross, R., 2013. *What the Pivot Means for Transatlantic Relations: Separate Course or New Opportunity for Engagement?* German Marshall Fund Policy Brief. Disponível em [https://www.GMF_1370529334TSTF_Ross_TransatlanticRelations_May13%20\(1\).pdf](https://www.GMF_1370529334TSTF_Ross_TransatlanticRelations_May13%20(1).pdf)
- Rynning, S., 2008. Why Are Revisionist States Revisionist? Reviving Classical Realism as an Approach to Understanding International Change. *International Politics*, 45(1), pp. 19-39.
- Rynning, S., 2013. Germany Is More Than Europe Can Handle: Or, Why NATO Remains a Pacifier. *NATO Defense College Research Paper* 96. Disponível em https://www.files.ethz.ch/isn/170140/rp_96.pdf.
- Rynning, S., 2015. The False Promise of Continental Concert: Russia, the West and the Necessary Balance of Power. *International Affairs*, 91(3), pp. 539-552.
- Rynning, S., 2017. The Divide: France, Germany and Political NATO. *International Affairs*, 93(2), pp. 267-289.
- Sakwa, R., 2015. *Frontline Ukraine: Crisis in the Borderlands*. London: I. B. Tauris.
- Sanger, D. e Haberman, M., 2016. Donald Trump sets condition for defending NATO allies against attack. *The New York Times*, 20 de julho. Disponível em https://www.nytimes.com/2016/07/21/us/politics/donald-trump-issues.html?_r=0.
- Schmitt, O., 2016. The Reluctant Atlanticist: France's Security and Defence Policy in a Transatlantic Context. *Journal of Strategic Studies*, 40(4), pp. 463-474.
- Schweller, R., 1994. Bandwagoning for Profit: Bringing the Revisionist State Back In. *International Security*, 19(1), pp. 72-107.
- Schweller, R., 2015. Rising Powers and Revisionism in Emerging International Orders. *Valdai Paper* nº16. Disponível em <http://valdaiclub.com/files/11391/>.
- Sestanovich, S., 2014. *Maximalist: America in the World from Truman to Obama*. New York: Knopf.
- Shevtsova, L., 2014. The Ukraine Crisis: Falling into Putin's Trap. *The American Interest*, 10 de março. Disponível em <https://www.the-american-interest.com/2014/03/10/falling-into-putins-trap/>.
- Shlapak, D. e Johnson, M., 2016a. *Reinforcing Deterrence on NATO's Eastern Flank*. Santa Monica: RAND.

- Shlapak, D. e Johnson, M., 2016b. Outnumbered, Outranged, and Outgunned: How Russia Defeats NATO. *War on the Rocks*, 21 de abril. Disponível em <https://warontherocks.com/2016/04/outnumbered-outranged-and-outgunned-how-russia-defeats-nato/>.
- Simon, L. e Rogers, J., 2011. British Geostrategy for a New European Age. *RUSI Journal*, 156(2), pp. 52-58.
- Simon, L., 2016. Britain and the Fate of the Europe we Know. *War on The Rocks*, 24 de outubro. Disponível em <https://warontherocks.com/2016/10/britain-and-the-fate-of-the-europe-we-know/>.
- Simon, L., 2017. Trump, Europe, and the Non-Handshake Seen Round the World. *War on the Rocks*. Disponível em <https://warontherocks.com/2017/03/trump-europe-and-the-non-handshake-seen-round-the-world/>.
- Sloan, S., 2016. *Defense of the West: NATO, the European Union and the Transatlantic Bargain*. Manchester: Manchester University Press.
- Snyder, G., 1997. *Alliance Politics*. Ithaca: Cornell University Press.
- Sokolsky, R. 2017. *The New NATO-Russia Military Balance: Implications for European Security*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace.
- Sonne, P.; Barnes, J. e Lubold, G., 2016. U.S. Accuses Russia of Violating Missile Treaty. *The Wall Street Journal*, 19 de outubro. Disponível em <https://www.wsj.com/articles/u-s-accuses-russia-of-violating-missile-treaty-1476912606>.
- Stacey, J., 2016. Restoring Conventional Deterrence in Europe: How to Climb Out of the Joint Security Trap. *NATO Source*, 6 de maio. Disponível em <http://www.atlanticcouncil.org/blogs/natosource/restoring-conventional-deterrence-in-europe-how-to-climb-out-of-the-joint-security-trap>.
- Stelzenmuller, C., 2014. Berlin's Strategic Moment: The OSCE Chairmanship to Test its Emergent Leadership. *Security and Human Rights*, 25(2), pp. 190-197.
- Stelzenmuller, C., 2016. "Germany: Power and Responsibility". In: M. Leffler, W. Hitchcock e J. Legro, eds., *Shaper Nations*. Cambridge: Harvard University Press, pp. 53-69.
- Stent, A., 2014. *The Limits of Partnership: U.S.-Russian Relations in the Twenty-First Century*. Princeton: Princeton University Press.
- Stent, A., 2016a. *Russia, China, and the West after Crimea*. Transatlantic Academy Paper Series. Disponível em http://www.transatlanticacademy.org/sites/default/files/publications/Stent_RussiaChina_May16_web.pdf.
- Stent, A., 2016b. Russia's Power Play in Syria. *Foreign Affairs*, 95(1), pp. 106-113.
- Stepanova, O., 2016. Russia's Policy on Syria after the Start of Military Engagement. *PONARS EurAsia Policy Memo* n°421. Disponível em http://www.ponarseurAsia.org/sites/default/files/policy-memos-pdf/PePm421_Stepanova_Feb2016.pdf.
- Stokes, D. e Withman, R., 2013. Transatlantic Triage? European and UK 'grand strategy' after the US rebalance to Ásia. *International Affairs*, 89(5), pp. 1087-1107.

- Szabo, S., 2015. *Germany, Russia, and the Rise of Geoeconomics*. London: Bloomsbury.
- Szabo, S., ed., 2016. *Russia: A Test for Transatlantic Unity*. Transatlantic Academy. Disponível em http://www.transatlanticacademy.org/sites/default/files/publications/TA16_report_May16_web%5B1%5D.pdf.
- Techau, J., 2016. *The EU's New Global Strategy: Useful or Pointless?* Carnegie Europe, 1 de julho. Disponível em <http://carnegieeurope.eu/strategieurope/?fa=63994>.
- Tertrais, B., 2014. Mistral, l'honneur de la France. *Ouest-France*, 28 de dezembro. Disponível em <http://international.blogs.ouest-france.fr/archive/2014/11/28/russie-mistral-bpc-poutine-st-nazaire-13010.html>.
- Ther, P., 2016. *Europe since 1989: A History*. Princeton: Princeton University Press.
- Tiezzi, S., 2014. China Backs Russia on Ukraine. *The Diplomat*, 4 de março. Disponível em <http://thediplomat.com/2014/03/china-backs-russia-on-ukraine/>.
- Trenin, D., 2015. *From Greater Europe to Greater Ásia? The Sino-Russian Entente*. Carnegie Moscow Center, 9 de abril. Disponível em http://carnegieendowment.org/files/CP_Trenin_To_Ásia_WEB_2015Eng.pdf.
- Vorobiov, I., 2015. Surprise! Ukraine Loves NATO. *Foreign Policy*, 13 de agosto. Disponível em <http://foreignpolicy.com/2015/08/13/surprise-ukraine-loves-nato/>.
- Walt, S., 2011a. "Alliances in a Unipolar World". In: J. Ikenberry, M. Mastanduno e W. Wohlforth, eds., *International Relations Theory and the Consequences of Unipolarity*. New York: Cambridge University Press, pp. 99-139.
- Walt, S., 2011b. The End of the American Era. *The National Interest* nº116, pp. 6-16.
- Walt, S., 2014. NATO Owes Putin a Big Thank-You. *Foreign Policy*, 4 de setembro. Disponível em <http://foreignpolicy.com/2014/09/04/nato-owes-putin-a-big-thank-you/>.
- Wilhelmsen, J., 2014. *China Shows Understanding for Russia*. European Council on Foreign Relations, 3 de novembro. Disponível em http://www.ecfr.eu/article/commentary_china_is_full_of_understanding_for_the_russian_position_on_ukrai.
- Williams, C., 2015. Russia Says U.S. Support for Syrian Rebels Portends Wider Mideast Chaos. *Los Angeles Times*, 3 de agosto. Disponível em <http://www.latimes.com/world/europe/la-fg-russia-us-syria-rebels-20150803-story.html>.
- Wilson, A., 2006. *Ukraine's Orange Revolution*. New Haven: Yale University Press.
- Wilson, A., 2014. *Ukraine Crisis. What it Means for the West*. New Haven: Yale University Press.
- Wohlforth, W. e Brooks, S., 2008. *World Out of Balance. International Relations and the Challenge of American Primacy*. Princeton: Princeton University Press.
- Woolf, A., 2017. *Russian Compliance with the INF Treaty*. Congressional Research Service. Disponível em <https://fas.org/sgp/crs/nuke/R43832.pdf>.

- Wright, T., 2015. The Rise and Fall of the Unipolar Concert. *The Washington Quarterly*, 37(4), pp. 7-24.
- Wright, T., 2016. How Donald Trump Could Change the World. *The Atlantic*, 26 de novembro. Disponível em <https://www.theatlantic.com/international/archive/2016/11/trump-election-foreign-policy/505934/>.
- Wright, T., 2017. *Trump's NATO Article 5 problem*. Brookings Institution. Disponível em <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2017/05/17/trumps-nato-article-5-problem/>.
- Zakheim, D., 2017. Trump's First NATO Summit: Don't Expect Too Much. *The National Interest*, 24 de maio. Disponível em <http://nationalinterest.org/feature/trumps-first-nato-summit-dont-expect-much-20829>.